

REFLEXÕES ACERCA DO TRABALHO COLETIVO CAMPONÊS

Fernanda Thomaz – Universidade de São Paulo

fegeo@hotmail.com

Desenvolvo uma pesquisa de mestrado com o objetivo de compreender as conquistas, os avanços, os obstáculos, os impasses e os limites de uma cooperativa de produção agropecuária camponesa (CPA). Com essa finalidade propus a pesquisa aos camponeses da Copava (cooperativa de produção agropecuária Vó Aparecida), localizada na agrovila III, do assentamento Pirituba, pertencente ao Movimento dos Sem-Terras (MST), situada nos municípios de Itapeva e Itaberá, sudoeste do Estado de São Paulo, Brasil. A Copava surgiu após longos debates entre os camponeses que anteriormente formavam a “Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila III”, sendo que uma parte dos associados optou por não aderir à Copava, e fundaram outra cooperativa, sem vínculo jurídico, a Copaese. O objetivo do presente trabalho é discutir as duas concepções de cooperativa dos camponeses da Copava e da Copaese.

Palavras-chave: cooperação agrícola, cooperativa camponesa e movimento-dos-sem-terras (MST).

Desarrollo un máster con el fin de comprender los logros, los progresos, obstáculos y límites de una cooperativa campesina de producción agrícola (CPA). Con este propósito investigo a los campesinos de la Copava (cooperativa de producción agrícola, Vó Aparecida), ubicado en la agrovila III, Del assentamiento Pirituba pertenecente al Movimento dos Sem-Terras (MST), situado en los municipios de Itapeva y Itabira, al suroeste del estado de São Paulo, Brasil. La Copava llegó después de largos debates entre los campesinos que anteriormente formaron la "Asociación de Pequeños Productores de la agrovila III", y que parte de los miembros optó por no unirse a la Copava, y fundaron otra cooperativa, no jurídicamente vinculante, la Copaese. El objetivo de este trabajo es analizar los dos conceptos de cooperativa de los dos grupos de campesinos de la Copava y de la Copaese.

Palabras-clave: cooperación-agrícola, cooperativa campesina, movimiento dos sem-terras (MST).

Desenvolvo uma pesquisa de mestrado com o objetivo de compreender as conquistas, os avanços, os obstáculos, os impasses e os limites de uma cooperativa de produção agropecuária camponesa (CPA). Com essa finalidade propus a pesquisa aos camponeses da Copava (cooperativa de produção agropecuária Vó Aparecida), localizada na agrovila III, do assentamento Pirituba, pertencente ao Movimento dos Sem-Terras (MST), situada nos municípios de Itapeva e Itaberá, sudoeste do Estado de São Paulo, Brasil. Na época em que foi feito contato com os camponeses da Copava ainda não sabíamos da existência da outra cooperativa – a Copaese, fundada por um grupo de camponeses que optou por não participar da Copava. Mas percebemos a importância do seu estudo por ser mais um exemplo de organização não individual do trabalho camponês. O objetivo do presente trabalho é apresentar as duas concepções de cooperativa agrícola dos camponeses da Copava e da Copaese.

Para compreender a formação da Copava e da Copaese é preciso saber que na década de 80 era incentivado no MST que os assentados se organizassem em cooperativas de produção agropecuária (CPA). Nela a terra, o trabalho e o capital são administrados coletivamente. Sua propriedade e produção são sociais, pois os donos são os camponeses e as sobras são repartidas entre si conforme o número de horas trabalhadas de cada um. Em geral esse tipo de cooperativa se reduz a um pequeno número de famílias, variando de 10 a 60. Mas com a desintegração de muitas CPAs houve mudança de entendimento sobre essa questão. Hoje se estimula a cooperação sem que haja necessidade de uma formalização jurídica. No assentamento Pirituba houve CPAs em diversas agrovilas, mas a Copava é a única em atividade hoje. Inclusive os camponeses da Copava não conhecem mais nenhuma CPA, no Estado de São Paulo, ainda em funcionamento num assentamento do MST.

A mudança de pensamento da maior parte dos integrantes do MST sobre a CPA, em contraste com a sua antiga importância como forma de resistência na terra, e a desintegração da maior parte das CPAs, pelo menos no Estado de São Paulo, tornaram esse tema bastante relevante como objeto do conhecimento científico. Seria a organização do trabalho camponês de forma coletiva uma alternativa que fortaleceria a luta pela resistência na terra?

Essa questão é de extrema importância para os pesquisadores da geografia agrária preocupados em contribuir com a luta camponesa pela resistência na terra. Há muito já se sabe que a conquista da terra não é garantia da permanência do camponês. É somente

uma etapa da luta, pois mesmo de posse da terra o camponês pode continuar ameaçado de expropriação.

A ocupação da fazenda Pirituba

“Era difícil, mas eu achava que naquele tempo era melhor do que agora. Não tinha separação de nada. Uma vez veio um padre. Veio celebrá uma missa, debaixo de uma árvore. Ele disse: “Olha gente, eu vou pedi uma coisa pra vocês, quando vocês tiverem a casinha de vocês, não se esqueçam de se unir como vocês são unidos agora”. Naquele tempo era tudo igual, o que eu comia, ela também comia. Mas só que as coisas muda. Naquele tempo era difícil, mas na mesma hora era mais unido”. (Dona Zica, horta medicinal, em entrevista concedida em julho de 2007)

O assentamento Pirituba está localizado no sudoeste paulista, parte em Itapeva, parte em Itaberá. A fazenda possui 17.500 hectares, dos quais apenas parte foi conquistada pelos camponeses. O restante é dominado por um grupo de holandeses capitalistas que já arrendavam a terra na época da ocupação do MST. Atualmente o assentamento é composto por seis agrovilas autônomas quanto às decisões sobre seus rumos.

A conquista da Pirituba foi um marco histórico do MST. Foi uma das primeiras vitórias do movimento em São Paulo na década de 80 (Morissawa, 2001), sendo que naquela época, ele não tinha ainda o grau de organização atual nem estava organizado nacionalmente.

Segundo Nazaré¹, uma das lideranças da agrovila V, a ocupação começou na década de 1980. As terras da Pirituba estavam arrendadas a grandes capitalistas, mas pertenciam ao governo do Estado de São Paulo. Esses fazendeiros tentavam conseguir na justiça os títulos definitivos de propriedade. Quando os camponeses perceberam que poderiam perder a terra de trabalho, começou o movimento. A ocupação deu-se em diferentes momentos, a conquista das glebas também. Os conflitos duraram aproximadamente 10 anos.

¹ Entrevista concedida em janeiro de 2007.

A história da ocupação da fazenda Pirituba também foi sucintamente contada por Morissawa (2001, p. 134):

A primeira ocupação se deu em 1981, terminando com o despejo pela Polícia Militar e pelos jagunços dos arrendatários. Em 1983, com a posse de Franco Montoro no governo do estado e a nomeação de José Gomes da Silva para a Secretaria da Agricultura, foi implantado um projeto de regularização das terras do estado. No primeiro semestre daquele ano, os sem-terra ocuparam novamente a Pirituba, mas foram despejados em uma semana. A comissão do governo criada para resolver o conflito fracassou contra os múltiplos interesses políticos e econômicos envolvidos.

Um ano depois, na última ocupação local da década, os arrendatários não conseguiram expulsar os sem-terra judicialmente e partiram para a violência. O governo, para evitar o agravamento da situação, retomou a área e deu início ao processo de assentamento. Foi a primeira vitória dos sem-terra no estado nos anos 1980.

As ocupações continuaram ocorrendo em outras áreas da fazenda e, no fim da década de 1990, ali havia cinco assentamentos e um pré-assentamento.

Nazaré, uma das lideranças da agrovila V, conta que o período da luta foi difícil, mas talvez por isso tenha ajudado a fortalecer os laços de união e cooperação. Eles ficavam dia e noite em vigília, pois os jagunços contratados pelos fazendeiros costumavam agir durante as madrugadas. Havia assembléias onde todos tinham direito à palavra. As mulheres foram para a linha de frente, e passaram a pensar e agir junto com os homens. A idéia de organizar o trabalho em cooperativa surgiu nesse período, tanto que as primeiras cooperativas formaram-se logo após a conquista da primeira gleba.

A ocupação da agrovila III do assentamento Pirituba

A história da ocupação da agrovila III nos foi contada por vários camponeses que dela participou. Dentre os depoimentos destacamos os de dona Neusa e Dona Zica:

“Nóis chegamos aqui através de reunião, de sindicato. Os coordenadores que puxa a turma. Até que de reunião em

reunião, um grupo grande se reuniu e veio parar aqui. Eu não acompanhava as reuniões, era mais o meu marido. Vinha em Itapeva, em Engenheiro Maia, Itaberá, no sindicato. Até que marcaram o dia certo de vim. Da onde eu morava, Itararé, veio um caminhão de gente. Quinze dias depois eu vim com o meu marido. A gente trabalhava na agricultura. Não foi fácil. Mas dizê que a gente desanimou, não. Quando você vai lutá e qué consegui, agüenta tudo - momento bão, momento ruim.”.

(Dona Zica, entrevista concedida em fevereiro de 2009)

“Água era muito difícil. Era o pior. Era muito longe pra buscá, pro meio do mato, pro meio de trilha. Não tinha caminho. Tinha que ta fazendo, limpando as minas. Enfrentava uma fila muito grande pra lavá roupa. Tinha que levantá de madrugada pra lavá roupa, pra quando chegasse as outras companheiras pode dá lugar. A gente lavava de qualquer jeito, pnhava no varal, pra outra pode lavá. Na hora de buscá água, a fila era cedo e à tarde. Fila grande. Hoje eu olha pra água e agradeço, obrigado meu Deus, antes era muita dificuldade pra encontrá água, e hoje o senhor me deu dentro da minha casa”.

(Dona Neusa, entrevista concedida em fevereiro de 2009)

As várias dificuldades e demandas da vida no acampamento como a necessidade de se defender dos jagunços, a obtenção de mantimentos e água, a necessidade de negociação com o Estado, de ajuda aos doentes, fez com que os acampados formassem grupos para a execução das tarefas.

Foram formados dez grupos que iam da letra A à letra J, e cada um estava incumbido de uma função. Havia o grupo da saúde; da educação das crianças; da segurança; que representava o acampamento nas negociações com o Estado; que plantava; que buscava doações, entre outros. Apesar das subdivisões os grupos eram um só, pois tudo o que era obtido era dividido igualmente entre as famílias².

² Essa forma de organização é característica do MST. Suas bases teóricas serão discutidas no texto final da dissertação.

Cada pessoa colaborava em um grupo, e a representação do grupo era feita pelo coordenador. Cada grupo tinha um coordenador com a função de participar das reuniões com os outros grupos para discutir em conjunto as demandas do acampamento.

Além disso, os coordenadores eram os primeiros a socorrer as famílias em época de temporal. Eles saíam de barraco em barraco vistoriando as lonas, vendo se algum barraco havia sido descoberto e se alguma família estava desabrigada. Esse trabalho era essencial principalmente quando o acampamento era montado em área de declive e a água da chuva empurrava terra nas lonas.

A associação

Devido as inúmeras dificuldades, em 1987, um ano após a ocupação e a conquista das primeiras glebas, a maior parte das famílias já tinha desistido da luta. Das 320 famílias que participaram da primeira ocupação, apenas 78 ficaram e conquistaram a primeira área, no final de 1986, a hoje chamada Vila de Baixo, grilada pelo fazendeiro Antenor.

Já antes da conquista da terra as famílias formaram uma associação, a dos Pequenos Produtores da Agrovila III, que continuou funcionando por grupos. No início todas as 78 famílias faziam parte, mas com o tempo 28 desistiram e preferiram trabalhar individualmente. A associação continuou com 50 famílias, mas a área conquistada era pequena, não dava para todos os filhos trabalharem. Muitos iam trabalhar em serrarias ou como bóia-fria. As esposas ajudavam os maridos que continuavam trabalhando por dia nas fazendas da região. Na agrovila plantava-se feijão e milho, e a sua distribuição era feita igualmente de acordo com a quantidade de dias trabalhados pela família. Se alguém faltasse por algum motivo injustificado, como ter ido a uma festa na noite anterior e estar sem condições físicas de trabalhar, no final da colheita teria descontado dois dias de serviço. Ou seja, faltava-se um dia, pagavam-se dois. Esse desconto podia ser em produto, ou seja, recebia-se menos o equivalente ao dobro das faltas. Ou, se houvesse venda da colheita, recebia-se o dinheiro já descontado. A decisão dessa penalidade foi votada em assembléia, e aprovada pela maioria.

A associação conseguiu bons resultados. Através dela foi construído um barracão, comprado maquinário agrícola, e conseguiu-se também que a prefeitura de Itaberá construísse um posto de saúde e uma escola na agrovila. Os camponeses relembram que nesse tempo havia forte união entre eles, com bonitas festas juninas e muito baião.

O racha da associação e a criação da Copava e da Copaese

A primeira discordância entre os grupos ocorreu quando receberam uma doação de arroz arrecadada pela igreja católica. A doação veio por família e foi discutido no interior dos grupos se deveriam separar ou não uma parte do arroz para ser plantado. Como havia autonomia de decisão entre os dez grupos sobre essa questão, um grupo decidiu não plantar, alegando que na área em que o arroz seria plantado, plantar-se-ia feijão, e com o dinheiro da venda do feijão, comprar-se-ia arroz. Os outros grupos plantaram, tirando de 20 a 30 quilos de arroz por família. Diz-se que a colheita foi tão boa, que foi possível deixar semente para plantar em uma área maior. Na colheita seguinte o grupo que não havia plantado plantou com sementes emprestadas pelos outros grupos.

Essa discordância já começou a demonstrar modos diferentes de compreender a atividade agrícola. Mas a discussão que culminou com o racha em dois grupos da associação, em 1993, foi a discussão sobre a sua transformação em cooperativa. As lideranças do grupo pró-cooperativa alegavam que nela o trabalho do jovem e da mulher eram passíveis de remuneração, diferentemente da associação onde a remuneração era feita por família. A intenção desse grupo era implantar a diversificação agrícola, com o cultivo de diversos gêneros, pois se perdessem uma lavoura, a outra cobriria o gasto. Além disso, o projeto desse grupo visava o crescimento das atividades agrícolas até a industrialização da matéria-prima na cooperativa. Para isso era necessário o incremento da mão-de-obra que estava trabalhando fora da associação, as mulheres e os jovens. O grupo que não concordou alegava que o trabalho de bóia-fria dos filhos e da esposa complementava a renda da família.

A concepção teórica que está na chave da compreensão da necessária incorporação dos camponeses ao mercado, através da agroindústria, pode ser entendida através das idéias de João Pedro Stédile, liderança nacional do MST³. Para ele “*a agroindústria é a forma mais complexa de cooperação agrícola de um assentamento*” (1999, p.101). Essa concepção, por sua vez, está baseada no pensamento de Lenin sobre o processo de criação do mercado interno que, a seu ver, acarretaria uma inevitável diferenciação vertical a que os camponeses teriam que se sujeitar. Nas palavras de Lenin:

³ In: *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

1) O processo fundamental de criação do mercado interno (ou seja, de desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo) é a divisão social do trabalho. Esta consiste em que diferentes tipos de transformação de matérias-primas (e de diferentes operações que se realizam nessa transformação) se separam sucessivamente da agricultura e constituem ramos independentes da indústria, trocando seus produtos (agora convertidos em *mercadorias*) pelos produtos agrícolas. Desse modo, a própria agricultura torna-se indústria (isto é, passa a produzir mercadorias) e também nela o mesmo processo de especialização se efetiva.

2) A consequência imediata que decorre da tese precedente é a lei de toda economia mercantil em desenvolvimento e, sobretudo, da economia capitalista: a população industrial (vale dizer, não-agrícola) cresce mais rapidamente que a população agrícola, com o crescente deslocamento de massas da agricultura para a indústria de transformação. (Lenin, 1982, pp. 31-32)⁴.

Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado não conseguiriam competir com os capitalistas e acabariam falindo e perdendo as terras, tornando-se proletários. Caso obtivessem sucesso, passariam a assalariar mão-de-obra, tornando-se capitalistas. De qualquer modo, deixariam de ser camponeses. A agroindústria seria uma forma de propiciar a competição.

Outro ponto de conflito entre o grupo pró-cooperativa e o grupo contra a cooperativa foi quanto à mudança que adviria na divisão dos frutos do trabalho. Como já foi dito, na associação a divisão era por família e igualmente. Só as faltas que não fossem justificadas por doença eram descontadas. Na cooperativa a divisão passaria a ser feita por associado, considerando a quantidade de horas trabalhadas até o momento da venda de uma lavoura.

O grupo que se opôs à mudança alegava que na agricultura não funciona a remuneração por hora, porque numa cooperativa agrícola, dividida em setores, é impossível equiparar

⁴ *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

a quantidade de horas de todos os setores e o setor agrícola, uma vez que o trabalho na lavoura é muito pesado e desgastante, e uma pessoa não consegue trabalhar por várias horas seguidas, diferentemente do trabalho em outras funções. Um exemplo era a comparação entre o setor agrícola e o cargo de diretor da cooperativa. Quem ocupasse o cargo de presidente ficaria encarregado de representar a cooperativa, buscar projetos, viajar. Com isso facilmente poderia alcançar 15 horas de trabalho diárias. Enquanto que aquele que fosse carpir arroz, não ultrapassaria 7 horas de trabalho. Nas palavras do Senhor Raul, que fez parte do grupo que se opôs à divisão dos frutos do trabalho por hora trabalhada:

Nóis nunca trabalhamos por hora. A hora na agricultura não funciona. Porque quando eu era presidente (da Copaese), se fosse contá por hora, eu ia ganhar muito mais do que os outros. Porque eu chegava em casa 1h00 da manhã e no outro dia saía cedo. (entrevista concedida em fevereiro de 2009).

Outra discordância era a divisão da renda por trabalhador, e não por família. Isso geraria desigualdade entre as famílias onde três pessoas trabalhassem, e outras em que apenas um ou dois trabalhassem. Nas palavras de “Baiano”, que não se associou à Copava:

Se uma pessoa trabalhasse sozinho ganhava menos do que duas, três pessoa. Isso é quase como sê empregado. Teve ano que eles trabalharam o ano inteiro, e sabe quanto sobrou pra cada um? 200, 150, 100 reais, outro 50, outro 30. Nóis aqui, em 18, cada um livremo R\$4.000,00. (Entrevista concedida em janeiro de 2009).

Devido às discordâncias foi impossível formar a cooperativa com todas as famílias da agrovila. Em 20 de novembro de 1993 das 46 famílias, 27 formaram a cooperativa, e 19 continuaram na associação. Mas como as famílias trabalharam juntas durante seis anos, e nesse tempo adquiriram patrimônio, foi preciso resolver a sua divisão. Nas palavras de Jamil, trabalhador do setor de bar e padaria da Copava:

O processo de divisão da associação foi interessante. Foi tiradas duas comissões, uma nossa e outra deles. Nóis tinha trator, caminhão, máquina de beneficiar arroz, gado, terra pra fazê o acordo. O debate

foi interessante, mas era travado, não avançava. Como nós (da cooperativa) era em 27 famílias e eles 19, porque eles continuaram como era na associação, em vez de sentá com eles pra discutir, nós sentava entre nós pra criar pacotes. Esse trator, essa niveladora, essa oficina mecânica, é um pacote. Isso, mais isso, e aquilo outro é outro pacote. Do outro lado, um trator, um caminhão, uma máquina de beneficiar arroz, é outro pacote. Levamos os pacotes pra discutir com eles, já que não entrava em consenso. Aqui tem dois pacotes. Qual vocês querem? Pra nós tanto faz. Eles fizeram uma assembléia pra decidir. Ainda demorou uns dois, três dias pra eles escolherem. Veja que situação difícil. Vários daqueles velhinhos que decidiram já morreram. Até que foi decidido.

A terra foi outro pacote. Nessas invernadas grandes, que tem córrego no meio, e a pastagem, era um pacote. E dali pra baixo, da terra boa pra baixo, era outro pacote. Na época nós não morava aqui. Não tinha essas benfeitorias. Era um negócio feio. Era uma beira de estrada. E o terreno era fraco. Pra baixo era bom. Nós falamos: pra nós tanto faiz. Em cima também não tinha água. Eles escolheram embaixo, mas era disso que nós precisava, porque já tinha um projeto das casas, do jeito que ia ser. Aí eles decidiram por ficar embaixo. Então eu levei o projeto, mas os velhinhos nossos, que também davam opinião, ficaram cabrero. Minha mãe mesmo falava, tá errado esse negócio, lá em cima não tem água. Mas nós já tinha o projeto do poço artesiano. E luz tem lá em cima? Não, mas já tá previsto no projeto. Só que os cabeças nossos eram eu, o Zezinho, seu Zelinho que já é falecido, o Jango, que agora trabalha individualmente, explicava o projeto nosso. Como nós ia construir, ia levá um tempo, e nós já tinha uma casinha lá embaixo, então dava pra ficá morando lá embaixo até fechá o projeto aqui em cima. Nós, na época, começamos a pensar - se nós vamos construir casa, por que não fazer uma agrovila pra cooperativa?. (Entrevista concedida em fevereiro de 2009).

Na época, ou seja, em 1994, havia sido lançado um projeto de moradia rural, no governo de Mário Covas. Pelo contrato os beneficiados tinham que entregar ao governo do Estado, durante dez anos, 50 sacos de milho por ano, em troca do material para a

construção das casas. O projeto abrangia todo o assentamento. Na agrovila III foi passada uma lista para que as famílias interessadas se manifestassem. Todas as famílias que formavam a cooperativa quiseram, e uma família da associação aceitou participar do projeto.

Como já havia sido acertada a instalação da cooperativa na “parte de cima” da agrovila, com o projeto das casas, os cooperados criaram o setor de construção da cooperativa. Os pedreiros eram da própria cooperativa, foram escolhidos entre 8 e 9 pessoas que tinham alguma prática de construção. Para descampar o terreno, contrataram máquinas da prefeitura de Itaberá. As casas foram construídas no sistema de mutirão, uma ao lado da outra, para sobrar mais espaço para a lavoura. Todas as casas ficaram prontas ao mesmo tempo. Os outros cooperados continuavam trabalhando na lavoura.

Durante a construção das casas, um poço artesiano começou a ser montado com recursos próprios dos cooperados. A eletricidade foi instalada. Com essa estrutura básica as famílias da cooperativa mudaram-se para a “área de cima”. “Embaixo” ficaram os que já trabalhavam individualmente e os associados. Com isso estava-se desenhando a geografia da agrovila III.

Analisando hoje a divisão entre os grupos em cooperados e associados, e os rumos que cada grupo trilhou, é possível perceber um confronto entre dois modos de compreender a atividade agrícola no mundo capitalista. O grupo dos cooperados setorizou o trabalho e criou especializações, dividiu-o por horas trabalhadas, instalou um bar, uma padaria, uma oficina mecânica, e agora está investindo numa usina de cana-de-açúcar para a produção de cachaça, álcool e açúcar. Todo o trabalho agrícola já é feito por máquinas, exceto a carpa de arroz e o arranque de feijão. Há, porém, previsão de mecanização também dessas atividades: em 2008, eles aplicaram veneno na plantação de arroz para não precisar carpi-la, o que não deu certo porque o veneno não matou as ervas daninhas. Também tentaram colher feijão com a colheitadeira, mas não deu certo devido ao grande desperdício de grãos.

Esse projeto demonstra que para eles a agricultura camponesa gera pouca renda. É preciso acabar com a mão-de-obra humana na agricultura, e utilizá-la na industrialização da matéria-prima produzida na lavoura, para que haja acréscimo de valor agregado aos produtos.

Já o grupo dos associados continuou somente na agricultura. Não mudou a forma de organização do trabalho, que continuou sendo coletivo; nem a forma de divisão da renda, que continuou sendo feita por dia e individualmente. Também não criou

nenhuma estrutura de industrialização dos produtos e nenhuma atividade econômica fora da agricultura. Isso demonstra, em uma primeira análise, que deverá ser aprofundada à luz de novos trabalhos de campo, que para eles a renda gerada pela agricultura é capaz de tornar possível a resistência camponesa na terra. Além disso, percebe-se que eles não rejeitaram o trabalho coletivo, mas as mudanças que a nova cooperativa iria implementar na divisão dos frutos do trabalho e na forma da contagem das horas trabalhadas.

Bibliografia de Referência

- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época, v.92.
- _____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis:Vozes, 2000.
- _____. *MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1994.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LENIN, Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARCOS, Valéria de. *Comunidade Sinsei: Utopia e Territorialidade*. São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1996.
- _____. *Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI*. IN: Panorama da Geografia brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. *A (U)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX*. In: Caderno do CEAS, n. 177. Salvador, set-out,1998.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *O Cativo da terra*. São Paulo: Hucitec,1986.

- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. Caderno de Formação, n. 11. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra., Secretaria Nacional, 1986
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Histórico e Lutas*. Revista Reforma Agrária. (Campinas), v. 13, 1983.
- MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 1986.
- _____. *História da luta pela terra*. Cadernos de Formação, n. 2. São Paulo: MST, 1986.
- _____. *Terra não se ganha, se conquista*. Cadernos de Formação, n. 9. São Paulo: MST, 1986.
- _____. *A luta continua: como se organiza os assentados*. Cadernos de Formação, n. 10. São Paulo: MST, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. IN: *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *A Geografia das Lutas no Campo*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. *Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thunen*. São Paulo, 1978. Tese (doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Agricultura e indústria no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, n. 58. São Paulo: AGB, 1981.
- _____. *Espaço e tempo – compreensão materialista dialética*. IN: Santos, Milton (org). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____ . *O campo brasileiro no final dos anos 80*. IN: Boletim Paulista de Geografia, n. 66. São Paulo:AGB, 1988.

_____ . *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino & MARQUES, Marta Inez M. (orgs.) *O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e terra, 2004.

<http://www4.fct.unesp.br/nera/>

<http://www.teses.usp.br/info/diretrizesfinal.pdf>